

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO nº , DE SETEMBRO de 2015

(Do Sr. EDMILSON RODRIGUES)

Requer a realização de Seminário em Santarém, Pará, para discutir as hidrelétricas na bacia do Rio Tapajós, terras indígenas e direitos sociais.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a., ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Seminário em Santarém, Pará, para discutir as hidrelétricas na bacia do Rio Tapajós, terras indígenas e direitos sociais.

Como forma de enriquecer o debate, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- Representante do Ministério de Minas e Energia
- Representante da ANEEL
- Presidência do Ibama
- Presidência da Funai
- Presidência do ICMBio
- Ministério Público Federal
- Representante do Povo Indígena Munduruku
- Representante Conselho Indígena Tapajós Arapiuns
- Representante do Grupo Consciência Indígena
- Representante do FAOR – Fórum Amazônia Oriental
- Representante do Conselho Indigenista Missionário - Movimento Tapajós Vivo
- Operação Amazônia Nativa
- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
- Liderança do PAE Montanha Mangabal
- Representante das Colônias de Pescadores
- Representante da FASE
- Representante do Greenpeace

JUSTICATIVA

Inventários da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram que o Rio Tapajós e seus afluentes espalhados por Mato Grosso e pelo Pará podem abrigar mais de 40 hidrelétricas. Desse potencial, 14 já estão no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, e duas são especialmente impactantes: São Luiz do Tapajós e Jatobá.

A Eletrobrás lançou no dia 23 de setembro de 2008 o edital de lançamento do projeto da criação do complexo de usinas para o rio Tapajós entre o Estado do Amazonas e do Pará. No total, a potência esperada é de 10.680 MW, com volume de energia firme de 5.816 MW médios -1.600 MW médios. Para esta energia, dever-se-á inundar mais de 200.000 hectares envolvendo unidades de conservação (Parque Nacional da Amazônia), terras indígenas (Munduruku), comunidades ribeirinhas, áreas de colonização e terras públicas em processo de regularização fundiária.

Com potência de 8.040 MW, a usina São Luiz do Tapajós chegou a ter seu leilão anunciado para o dia 15 de dezembro, apenas 150 dias após o governo ter requerido ao Ibama a licença ambiental prévia do empreendimento. Quatro dias depois, o Ministério de Minas e Energia teve que voltar atrás e suspender o leilão após pressão do povo Munduruku, que não foi devidamente consultado sobre a obra.

Ao todo, o empreendimento prevê cinco hidrelétricas na região, cuja soma da área dos reservatórios ultrapassa o tamanho da cidade de São Paulo. Mas, em vez de carros e concreto, a área a ser alagada é rica em biodiversidade e abriga uma das principais porções de floresta intacta do país, afetando unidades de conservação e terras indígenas.

Considero fundamental fazer um amplo debate sobre este tema, com representantes locais, órgãos governamentais responsáveis e o Ministério Público Federal. Desta forma, convido os nobres colegas a aprovarem este requerimento e debaterem este tema, em Santarém.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2015

**Deputado EDMILSON RODRIGUES
PSOL/PA**

Nome	Assinatura
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	